

# A PRÁXIS PASTORAL NO SUDOESTE DO PARANÁ ENTRE OS ANOS DE 1960-1980: LEITURAS DA METODOLOGIA PASTORAL NA HISTÓRIA

## *PASTORAL PRAXIS IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ BETWEEN 1960-1980: READINGS OF PASTORAL METHODOLOGY IN HISTORY*

### **Selina Maria Dal Moro**

Graduada em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1972) e mestra em Educação Área Filosofia da Educação pela Fundação Getúlio Vargas (1985). Atualmente é professora colaboradora do Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo.  
Email: selinamaria2017@gmail.com.

### **Hélio Rafael Frazão Pereira**

Cursou Filosofia no Instituto Sapientia de Filosofia – ISF em Francisco Beltrão, PR. Atualmente cursa Bacharelado em Teologia na Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – ITEPA em Passo Fundo, RS. Email: heliopereira1223@hotmail.com

#### **RESUMO:**

Neste artigo aborda-se a questão do método teológico da fé-prática, confrontando-a com o binômio fé e vida na Diocese de Palmas entre os anos de 1960-1980. A análise das concepções e ações pastorais na Diocese de Palmas ocorreu a partir da presença dos padres “belgas”, Missionários do Sagrado Coração; da presença dos dois primeiros bispos e da criação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR). Essa integração fé e vida ocorria pela formação de leigos,

principalmente no meio rural, com os grupos de reflexão, através da ASSESOAR, tendo como base o método Ver-Julgar-Agir, trazido pelo padre belga, Joseph Caeckelbergh. A especificidade crítica do contexto histórico da região Sudoeste do Paraná, levou à opção pelas pastorais sociais como a Pastoral Rural, a Pastoral da Terra e a Pastoral Indígena.

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

Fé-prática. Fé-vida. Pastoral. Diocese de Palmas. ASSESOAR.

**ABSTRACT:**

This article addresses the issue of the theological method of faith-practice, confronting it with the binominal faith and life in the Diocese of Palmas between the years 1960-1980. The analysis of the pastoral conceptions and actions in the Diocese of Palmas took place based on the presence of the “Belgian” priests, Missionaries of the Sacred Heart; the presence of the first two bishops and the creation of the Association for Studies, Orientation and Rural Assistance (ASSESOAR). This integration of faith and life occurred through the formation of lay people, especially in the rural environment, with reflection groups, through ASSESOAR, based on the method See-Judge-Act, brought by the Belgian priest, Joseph Caeckelbergh. The critical specificity of the historical context of the Southwest region of Paraná, led to the option for social pastoral care such as Pastoral Rural, Pastoral Land and Indigenous Pastoral.

**KEYWORDS:**

Faith-practice. Faith-life. Pastoral. Diocese of Palmas. ASSESOAR.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao analisar o constructo histórico-cultural do sudoeste do Paraná percebe-se que a Igreja tem um papel fundante na construção social deste espaço territorial. Neste estudo se faz um recorte histórico a partir do advento da criação da Diocese de Palmas, ocorrida ano de 1958 bem como sua presença e atuação desde o período inicial até próximo aos anos 1980. O recorte histórico, por um lado, mostra um sudoeste em conflitos agrários, desde a Revolta dos Posseiros, no ano de 1957, a distribuição de terras nos anos posterior. Por outro, a atuação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) como meio fundante de formação da população sudoestina, principalmente no âmbito rural. Neste contexto histórico se destaca a presença da Igreja como um fazer teológico a partir da análise da realidade vivida e da práxis.

Sendo assim, o intento deste trabalho é o de analisar a fonte de Teologia que deu base às ações implementadas e o momento teológico então vivido dentro do território da Diocese de Palmas entre os anos de 1960-1980. Esta perspectiva se dá na relação entre fé e vida, entre a fé e a prática, concernindo no final do período de prelazia e início da caminhada diocesana, que foi o período de seus dois primeiros episcopados.

Objetiva-se analisar em primeiro momento o método teológico de pastoral a partir da própria teoria, perpassando por questões da fé-prática, do confronto fé e

vida e do método ver-julgar-agir com base nas possibilidades históricas de aplicação, segundo a Teoria do Método Teológico de Clodovis Boff. Posteriormente retratando a questão diocesana de Palmas tratar-se-á do período final do primeiro episcopado, o seu modo de ser Igreja diante da realidade, enfatizando a Revolta dos Posseiros, em 1957, que foi um levante organizado para a “expulsão” das companhias grileiras de terra do sudoeste paranaense e a análise de como a Igreja se posicionou neste contexto. Analisa-se, assim a pastoral diante da realidade enfocando o período histórico pós 1960, quando da chegada dos padres “belgas”, Missionários do Sagrado Coração, os quais junto da ASSESOAR e da Diocese de Palmas implantaram, neste território diocesano as primeiras práxis pastorais pós conciliar neste território diocesano.

## 2 A PRÁTICA COMO FONTE EPISTEMOLÓGICA E MOMENTO TEOLÓGICO PARA A COMPREENSÃO DO MÉTODO VER-JULGAR-AGIR

Clodovis Boff, na obra “Teoria do Método Teológico”, enfatiza em vários momentos a prática como um dos fundamentos da teologia. Na compreensão deste autor, a prática é uma fonte de teologia, bem como é um momento teológico, inclusive em confronto com a vida. É neste aspecto puramente metodológico que este momento se dedicará a analisar para posteriormente poder compreender a teologia e a pastoral na Diocese de Palmas<sup>1</sup> entre os anos de 1960-1980.

---

<sup>1</sup> Convém mencionar que neste trabalho usaremos o termo Diocese de Palmas, dado que no período que nos propomos a analisar, esta ainda não possuía duas sedes. Hoje há a nomenclatura Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, que ganha esse nome por ter duas sedes, a de Palmas, PR e a de Francisco Beltrão. Em 07 de janeiro de 1987, pelo Decreto *Cum urbis* da Sagrada Congregação para os Bispos, passou a denominar-se Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, tendo assim duas sedes. A primeira, a titular, mais antiga está em Palmas. A segunda está em Francisco Beltrão, cidade, atualmente, mais influente que Palmas nas esferas sociocultural e política.

É de clara evidência que a teologia é constituída de três fontes do conhecimento teológico, que na nomenclatura de Cl. Boff podem ser definidas como: fé-palavra, fé-experiência e fé-prática, as quais segundo o autor são afluentes de um único rio que é a Fé revelada. Falar de fé-prática só pode ser compreendido quando se compreende prática como compromisso cristão em geral.

A fé-prática é a “fé que opera pela caridade” (Gl 5,6). É o momento ativo da fé, o qual se particulariza nas práticas: ética, interpessoal, ético-política, social, pastoral e assim por diante. Falamos na “prática” como fonte da teologia, mas poderíamos também falar em termos de “vida”, “realidade”, a “história” ou coisa eu o valha. (BOFF, 2015, p. 157).

A prática possui diversas funções na teologia, pois pode ser a matéria-prima, o *theologizandum*, o-que-deve-ser-teologizado; como pode ser o objetivo da teologia; bem como pode ser causa, fonte e origem, “[...] que, para um teólogo, vem antes, como ato I, a prática concreta da fé e só depois, como ato II, a teologia. [...] o compromisso concreto com uma Comunidade de fé constitui uma condição pré-epistemológica para todo teólogo.” (BOFF, 2015, p. 157); e, por último a prática pode ser um princípio cognitivo, que na intencionalidade do autor é mostrar a fé prática como origem da construção teológica. No entanto, como se percebe a fé-prática é princípio subordinado e dependente do princípio principal e determinante que é a fé-palavra. Segundo Cl. Boff, este princípio determinante da teologia (fé-palavra) é a “[...] Palavra de Deus, como prefere a tradição protestante, ou a Revelação, como costuma dizer a tradição católica.” (BOFF, 2015, p. 111).

Precisa-se clarificar que a prática não é o princípio de teologização (*theologizans*), que é a Palavra da fé, mas sim aquilo que deve ser teologizado (*theologizandum*). A prática, todavia, não deixa de projetar luzes por sobre a teologia, segundo Cl. Boff: “[...] ela ajuda a desvelar o Deus revelado, sua verdade e seu projeto na história. Iluminada, ilumina, como por efeito de retorno (‘volta dialética’). No sentido que acabamos de referir, poderíamos dizer: a fé ‘determina’ a prática e a prática ‘sobredetermina’ a fé. (BOFF, 2015, p. 159).

Deste modo, os três níveis da fé, ou três fontes do conhecimento teológico, podem ser clarificados quando se compreende que a fé-palavra é o princípio formal ou determinante, a fé-experiência é o princípio existencial; e, a fé-prática é o princípio interpelador e verificador da verdade teológica na história. O método teológico, portanto, parte da Revelação-Fé que se desdobra na experiência, na palavra e na prática, de tal maneira que se gera a teologia. “[...] a teologia é o desdobramento da Palavra de Deus na história. Por isso, se tal é a constituição da Revelação, tal deve ser também a constituição do *logos* teológico, que tem nela seu princípio.” (BOFF, 2015, p. 161).

Trazendo à baila a Constituição Dogmática *Gaudium et Spes*, escrita no Concílio Vaticano II (1962-1965), têm-se a afirmação que, “[...] é dever da Igreja investigar a todo momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho;” (GS,4). Deste modo, se o princípio do conhecimento teológico é a Palavra criadora e a salvadora, e se a Palavra divina orienta a prática humana, a compreensão dos sinais dos tempos segundo a Palavra de Deus, em

específico os Evangelhos, é essencial. Pôr-se na escola de Jesus é pôr-se no caminho da vida, como menciona Cl. Boff: “Ser discípulo tem pouco a ver com escola, mas muito mais com a vida.” (METZ *apud* BOFF, 2015, p. 160). Por isso, haja vista que só se conhece as coisas quando as fazemos, com a fé ocorre o mesmo, só se conhece bem quando se pratica.

Mantendo a discussão sobre a *Gaudium et Spes* percebe-se que para uma teologia dos sinais dos tempos é necessário rever duas operações: “[...] uma *analítica*, que dê conta da verdade própria da realidade em questão; e outra *hermenêutica* [...], que projeta sobre ela a luz da fé.” (BOFF, 2015, p. 166). Confrontando estes dois polos é possível uma interação entre eles de forma que a fé age sobre a prática e a prática reage sobre a fé.

Posteriormente, neste texto, será debatida a questão do Método Ver-Julgar-Agir, no entanto, faz-se necessária a compreensão de Agenor Brighenti, comentando sobre Cl. Boff, a qual afirma que:

[...] a TdL se desenvolve em três momentos fundamentais, correspondentes aos três momentos do conhecido método pastoral: ver, julgar, agir da Ação Católica – a mediação sócio-analítica (MSA), a mediação hermenêutica (MH) e a mediação prática (MP). A primeira contempla o lado do mundo do oprimido, a segunda, o lado do mundo de Deus e, a terceira, contempla o lado da ação [...] (BRIGHENTI, 2013, p. 1418).

Nesse sentido, a fé não é abstrata, fora da realidade, todavia acontece dentro da realidade. A teologia, portanto, não se faz sem a prática, com isso a fé deve ser confrontada com a prática. Esse método e

forma de fazer teologia é essencial principalmente às teologias da prática, pois “Elas assignaram à prática um lugar extremamente importante dentro da teologia: obrigaram a fé a se confrontar com ela como a seu outro polo dialético.” (BOFF, 2015, p. 167).

Ao pressupor as teologias da prática, percebe-se que elas ampliam o modo clássico e principal de pensar teologicamente, no eixo Fé-Razão, acrescentando a Vida como “primeira intenção”, não sendo mera consequência da fé. Deste modo, “[...] a Teologia emerge como humilde mediação da Vida de fé. Já não tem um fim fechado em si mesma: compreender a fé. O que ela finalmente visa é servir à vida de fé.” (BOFF, 2015, p. 168).

Essa fecundidade só pode se dar no chão da realidade, da história, o que exige um compromisso que é a prática da fé na comunidade eclesial. Sendo assim, Cl. Boff afirma que “[...] é impossível fazer uma teologia adequada sem uma vinculação viva com a Comunidade de fé, sem uma participação concreta em sua caminhada real.” (BOFF, 2015, p. 172). Ademais, a compreensão é maior, pois a Teologia da Libertação que é uma das teologias da prática põe uma ênfase na prática da justiça, no compromisso com o pobre, como um pré-requisito para o conhecimento do Deus vivo e verdadeiro, do Deus bíblico, o Libertador.

Segundo um dos ditos “pais” da Teologia da Libertação, Gustavo Gutiérrez, esta teologia não consiste em um novo tema de teologia, mas um novo modo de fazer teologia. Pois segundo ele:

[...] a teologia da libertação nos propõe, talvez, não tanto novo tema para reflexão quanto um novo modo de fazer teologia. A teologia como reflexão crítica da práxis histórica é, assim, uma teologia libertadora, uma teologia da transformação libertadora da história da humanidade, portanto também dela – reunida em *ecclesia* – que confessa abertamente Cristo. Teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo por meio do qual o mundo é transformado: abrindo-se – no protesto diante da dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria da humanidade, no amor que liberta, na construção de uma nova sociedade, justa e fraterna – ao dom do Reino de Deus. (GUTIÉRREZ, 1972, p. 27)

Cl. Boff menciona que o compromisso com os pobres não é o único caminho e nem exclusivo da Revelação divina, todavia consiste em um caminho privilegiado para encontrar o Deus vivo, Libertador. Assim, “[...] a teologia também deve fazer, em e pelo teólogo, a evangélica opção preferencial pelos pobres.” (BOFF, 2015, p. 173), por isso não é nem pensável falar de teologia quando se trata da problemática social, sem o contato com o processo da libertação, sem laço com os sofrimentos, esperanças e lutas do povo.

Por isso, a práxis é componente integrante da fé, “É a fé informada, concreta, completa e encarnada, inclusive no âmbito social em termos de justiça, solidariedade e libertação. É, de certa forma, a fé acabada, cumprida, consumada, terminada.” (BOFF, 2015, p. 120). A teologia, nesse sentido, consiste na “[...] tentativa de estabelecer correlações mutuamente críticas entre uma

interpretação da tradição cristã e uma interpretação da situação contemporânea.” (TRACY *apud* BOFF, 2015, p. 167).

Sendo assim, assumir uma práxis dentro do contexto teológico é essencial, pois também pode ser um ponto de partida, no entanto há de se perceber que “A responsabilidade histórica se tornou uma das maiores urgências da fé cristã.” (BOFF, 2015, 282), é neste contexto que nascem as teologias da práxis.

Essas teologias da práxis põem em destaque a fé projetada para fora, para a missão. Confrontar a teologia com a vida significa o momento prático da teoria teológica, enquanto a teologia volta-se agora para a ação concreta. Deste modo, entende-se que é quase impossível fazer uma verdadeira teologia ficando somente na teorização da fé. A teologia deve levar seu discurso ao campo da vida, pois diz respeito às verdades da humanidade, como à vida e à salvação humana. “Portanto, a teologia deve necessariamente se abrir para a vida e a pastoral. Ao seu momento teórico segue o prático.” (BOFF, 2015, p. 283). Fala-se então de atualização da fé na vida, pois é aí que se dá o agir, na prática pastoral. Este agir deve ser integrado na organização do discurso da teologia a título de um de seus polos constitutivos, esta é a exigência do método dialético da teologia atual. Nesse sentido, supera-se o método dedutivo em teologia, pois segundo Cl. Boff:

[[...] a teologia dedutiva tinha o defeito de valorizar quase exclusivamente a doutrina da fé, não levando a sério a vida real [...] a teologia dedutiva tendia à autorreprodução e se mostrava infecunda [...] Em contrapartida, podemos dizer que o método teológico, que se concentra no confronto fé-vida, enquanto

método dialético, compreende e ao mesmo tempo ultrapassa tanto o caminho da dedução (da fé para a vida) quanto também o da indução (da vida para a fé). (BOFF, 2015, p. 185-186)

Aqui abre-se um caminho para percorrer o método ver-julgar-agir pressuposto pela Ação Católica<sup>2</sup> que determinou grandes bases do fazer teologia e conseqüentemente do fazer pastoral no Brasil.

O método Ver-Julgar-Agir surge por meio de Joseph-Léon Cardijn<sup>3</sup> (1882-1967), um belga, com objetivo de responder à realidade operária da época e, sobretudo, dos jovens operários inseridos. Segundo Lopes e Pertile:

Cardijn notou que a Igreja estava afastada da realidade dos operários, tanto assim que, quando ele era seminarista e retornava para a casa dos seus pais no período de férias, percebia que, embora tivesse a mesma idade de seus amigos, sentia-se deslocado daquele contexto social. Procurando fazer frente a este anseio, em meados de 1920, o Padre Cardijn organizou grupos de jovens operários, inspirados por uma metodologia própria. (LOPES; PERTILE, 2020, p. 33).

Percebendo que o fato de ser postulante ao ministério ordenado o afastava dos trabalhadores e dos pobres, e conseqüentemente de sua origem e dos

destinatários por excelência do Evangelho, Cardijn formula uma estratégia de presença e atuação junto aos jovens operários e estudantes, surgindo assim, as chamadas Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Estudantil Católica (JEC).

Segundo Agenor Brighenti, citado por Lopes e Pertile (2020), o método Ver-Julgar-Agir é uma pedagogia, todavia mais que isso é uma forma de ser Igreja, um novo olhar, um novo pensamento dentro do Catolicismo Social que fora posto em prática.

Esse método, surgindo junto às JOC parte das realidades concretas e suas dificuldades, passando pela iluminação da realidade pelo Evangelho, para se chegar às ações concretas de transformação. Com isso, o pensamento de Brighenti retorna à discussão, pois sua conceituação do método Ver-Julgar-Agir exprime de forma sintética os passos do método e objetivos, sendo assim:

Cardijn notou que a Igreja estava afastada da realidade dos operários, tanto assim que, quando ele era seminarista e retornava para a casa dos seus pais no período de férias, percebia que, embora tivesse a mesma idade de seus amigos, sentia-se deslocado daquele contexto social. Procurando fazer frente a este anseio, em meados de 1920, o Padre Cardijn organizou grupos de jovens operários, inspirados por uma metodologia própria. (LOPES; PERTILE, 2020, p. 33).

<sup>2</sup> A Ação Católica é um movimento eclesial, que ganhou reconhecimento a partir da Carta Encíclica Ubi Arcano Dei Consilio de Papa Pio XI. Este movimento procurava aproximar-se da prática pastoral da sociedade, dando prioridade a formação e inserção do apostolado leigo. Segundo Ney de Souza, a Ação Católica se fundamenta como uma união de forças católicas para afirmar, difundir, atuar e defender os princípios católicos na vida individual, familiar e social. "A Ação Católica, nome com o qual é reconhecida hoje, nasceu oficialmente no pontificado de Pio XI, a 23/12/1922, mas sua história remonta a 1867 e traz como pano de fundo o contexto histórico apresentado resumidamente" (SOUZA, 2006, p. 45). Segundo Lopes e Pertile, "Esta primavera eclesial teve início na Bélgica, com o padre Joseph Cardijn e já na década de 1930 abria caminhos na Igreja do Brasil. Por aqui, a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica) lançaram as bases para o surgimento de ações de alfabetização organizadas entorno de uma perspectiva construtivista e participativa. Como veremos ao longo do texto, a Ação Católica criada por Cardijn não tinha a pretensão de adquirir um estatuto epistêmico e nem mesmo visava ser uma terceira via entre o capitalismo e o comunismo do Leste Europeu. O seu objetivo era articular o princípio de interação fé e vida e despertar a consciência das pessoas diante das injustiças provocadas pelos sistemas sociais daquela época." (LOPES; PERTILE, 2020, p. 36).

<sup>3</sup> Nascido em Schaerbeek, na Bélgica, Joseph Cardijn (1882-1967) foi o fundador e o grande promotor do método teológico Ver-Julgar-Agir. Ordenado sacerdote em 1906 e elevado ao grau de cardeal durante o Concílio Vaticano II, trabalhou no campo da ação social da Igreja, fundando em 1920 a Juventude Operária Católica (JOC). (LOPES; PERTILE, 2020, p. 35).

Deste modo, a metodologia não compreende em um ativismo, executar tarefas superficiais, mas visam desde a obra de caridade, a formação dos sujeitos, o combate dos problemas e um contínuo trabalho de transformação religiosa e social. Este método reflete-se na realidade concreta, olhando para as situações de sofrimento, miséria, exclusão e abandono, confrontando com a Palavra de Deus e encontrando ações concretas para a transformação destas realidades. O objetivo primordial de Cardjin não é trazer as JOC para as estruturas eclesiais, isto é, leva-los à igreja, mas do contrário levar a Igreja às realidades. Nesse sentido entende-se que “O método teológico termina na atualização da fé. É uma exigência da própria fé cristã, que é ‘por causa de nós homens e pela nossa salvação’. Além disso, é uma exigência do momento histórico, marcado pelo signo da práxis.” (BOFF, 2015, p. 287).

Assim, se pode falar do aspecto de compromisso do teólogo para com o povo que, segundo Cl. Boff ocorre em três níveis/modelos interligados. Pode-se, no nível da causa ou também do interesse, falar na luta pelos pobres a partir da teoria, no entanto, não se deve manter-se somente nela, pois é importante que se tenha contato físico com a caminhada dos pobres, daí a necessidade da comunidade. Outro nível mencionado por Cl. Boff é o nível da caminhada ou também das práticas, talvez o mais usual e que mais permeia esta pesquisa, pois luta-se com os pobres. “[...] o teólogo tem uma participação mais regular com a vida e luta do povo. Divide seu tempo entre trabalho teórico e o trabalho prático, quer de tipo pastoral, quer pedagógico, quer político, alternando, o quanto possível,

estudo e empenho público.” (BOFF, 2015, p. 174). Ademais, Cl. Boff menciona o nível das condições de vida, na luta como os pobres, o que implica uma inserção profunda nas periferias sociais, um bairro popular, uma favela, uma vila do interior.

Haja vista essas considerações metodológicas que implicam compromisso a partir do método, há uma inserção no meio eclesial, em específico na pastoral. Neste trabalho a partir da metodologia se compreende a eclesialidade do período acima mencionado no território da Diocese de Palmas e sua relação com a realidade.

Cardjin notou que a Igreja estava afastada da realidade dos operários, tanto assim que, quando ele era seminarista e retornava para a casa dos seus pais no período de férias, percebia que, embora tivesse a mesma idade de seus amigos, sentia-se deslocado daquele contexto social. Procurando fazer frente a este anseio, em meados de 1920, o Padre Cardjin organizou grupos de jovens operários, inspirados por uma metodologia própria. (LOPES; PERTILE, 2020, p. 33).



### 3 A PRÁXIS PASTORAL ENTRE CONFLITOS E MUDANÇAS SOCIAIS NO SUDOESTE DO PARANÁ (1960-1980)

Para comentar sobre a práxis pastoral na porção territorial do sudoeste paraense é essencial começar a analisar pela formação e colonização do sudoeste. Nesse sentido, a história do sudoeste do Paraná é densa e variada de aspectos importantes ligados à eclesialidade religiosa católica. Inicialmente, em concordância com diversos autores, principalmente segundo Rippel (2012), antes de um intento colonizador, por volta da década de 1940, viviam no sudoeste paranaense, os índios Kaingang e Guaranis e os Caboclos<sup>4</sup>. Há de se considerar também na ocupação dos primeiros caboclos, os quais eram foragidos da justiça, farrapos remanescentes da Revolução Farroupilha<sup>5</sup> e outros provenientes da Guerra do Contestado<sup>6</sup>. Outro fator migratório foi a Revolução Federalista<sup>7</sup> que ocasionou a migração de paranaenses, catarinenses e gaúchos para a fronteira com a Argentina.

A ocupação do sudoeste paranaense se deu em duas fases, a primeira anterior aos anos de 1940, a qual se caracteriza por

uma ocupação extensiva de uma economia de subsistência, e posterior aos anos de 1940, sendo uma ocupação intensiva com a migração dos sulistas, marcada principalmente pela “marcha para o oeste” do Governo Vargas, o qual criou a Colônia Agrícola General Osório (CANGO), em 1942, uma das maiores colonizadoras do sudoeste.

Segundo Hermógenes Lazier (1983), após a criação oficial da CANGO teve início o povoamento da região pelos chamados posseiros. Até 1940, havia poucos povoados, era uma região quase desligada do resto do Brasil, havia um maior vínculo com a Argentina. Para Hermógenes Lazier:

Entre os posseiros que povoaram o Sudoeste do Paraná, a partir da criação da CANGO, muitos vieram do Noroeste do Rio Grande do Sul. O povoamento do Rio Grande do Sul foi o resultado, entre outros fatores, da expansão do capitalismo europeu. Os migrantes europeus recebiam no Noroeste do Rio Grande do Sul lotes de terras de 60 hectares. Aos poucos o tamanho das propriedades foram diminuindo. [...] Enquanto diminuía o tamanho da propriedade aumentava a população, principalmente pelo alto índice de natalidade. Esse fato levou ao empobrecimento dos colonos, que foram forçados, assim, a procurar novas terras. (LAZIER, 1983, p. 50).

<sup>4</sup> “Nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocabulário tupi-guarani *kanri uoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência.” (MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação de classe camponesa brasileira apud RIPPEL, 2012, p. 21).

<sup>5</sup> A Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos aconteceu entre os anos 1835-1845, no Rio Grande do Sul, ainda na época regencial do Brasil, do segundo reinado. Essas revoltas foram mobilizadas pelos proprietários de terra que se sentiam insatisfeitos com os impostos que a coroa cobrava sobre seus produtos (charque, couro, etc), mediante isso a única solução seria a separação da República Brasileira e a criação de uma nova República como forma de obter liberdade comercial e política. Fora denominada de Farroupilha ou dos Farrapos devido às roupas maltrapilhas que o exército rebelde usava.

<sup>6</sup> A Guerra do Contestado iniciou-se em outubro de 1912, na Região Sul do Brasil, nas divisas entre Santa Catarina e Paraná. Foi um conflito armado que opôs as forças governamentais federais e estaduais e sertanejos que habitavam estas terras disputadas pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Este conflito durou aproximadamente quatro anos, até 1916.

<sup>7</sup> A Revolução Federalista ocorreu entre os anos de 1893 e 1895 foi uma guerra civil gaúcha travada entre os federalistas e republicanos, durante o governo de Floriano Peixoto. Os federalistas estavam insatisfeitos com a ascensão de Floriano Peixoto à presidência e eram contrários ao sistema de governo presidencialista centralizado, assim queriam a deposição do republicano Júlio de Castilho e desejavam a descentralização do poder. Já os republicanos ficavam ao lado do governo de Floriano Peixoto.

A história eclesial da Diocese de Palmas é mesclada com essa colonização. Tendo suas origens nos campos de Palmas, um dos primeiros locais descobertos por bandeirantes por volta dos anos de 1720, o território onde se localiza a atual Diocese de Palmas pertencia à Diocese de São Paulo, no entanto era atendida por Ponta Grossa-PR e por Guarapuava-PR.

Desde 1836 há registros de padres vigários de Palmas, como por exemplo, Pe. Ponciano José de Araújo, componente da Bandeira de José Ferreira dos Santos que se estabeleceu em Palmas no dia 06 de agosto de 1836, justamente a festa da Transfiguração do Senhor, ou, popularmente, a festa do Senhor Bom Jesus, sendo depois o Padroeiro de Palmas e da Diocese, no entanto com o nome Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas. Todavia, somente em 28 de fevereiro de 1855 Palmas foi elevada à categoria de Freguesia<sup>8</sup>. Este território pertenceu primeiramente à Diocese de São Paulo, posteriormente à Diocese de Ponta Grossa (1892), e em 1927 passa a pertencer à Diocese de Lages, SC até se tornar prelazia, no ano de 1933. A Prelazia de Palmas foi criada pela Bula Papal "*Ad Maius Christofidelium Bonum*", do Papa Pio XI, no dia 09 de dezembro de 1933, desmembrada das Dioceses de Lages e Ponta Grossa. Entretanto, o 1º Administrador Apostólico da Prelazia "*Nullius*" de Palmas foi nomeado dia 07 de

maio de 1934, Dom Antônio Mazzarotto, Bispo de Ponta Grossa.

É oportuno salientar que os Frades Franciscanos, da Ordem dos Frades Menores, tiveram importância fundamental no que diz respeito à caminhada e organização do povo, principalmente, no que se refere à evangelização, a institucionalização da Igreja do sudoeste do Paraná, bem como da educação. O que gerou posteriormente a escolha do primeiro prelado e bispo diocesano, Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello, OFM<sup>9</sup>.

A elevação da prelazia à diocese deu-se no dia 14 de janeiro de 1958 pela Bula "*Quoniam Venerabilis Frater*" do Papa Pio XII, na qual há também a criação da Diocese de Chapecó, que pertencia à Prelazia de Palmas. O então Pio XII "[...] suprimiu a prelazia e criou a diocese de Palmas, sufragânea da arquidiocese de Curitiba e nomeou Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello como seu primeiro bispo." (CHIQUIM, 2005, p. 162).

O primeiro bispo de Palmas, Dom Carlos, logo de início se empenhou em organizar, iniciar pastoral e estruturalmente a diocese, em especial à região próxima à cidade de Palmas até seu falecimento em 1969. Segundo Jael dos Santos, Palmas refletia a perspectiva de diocese que Dom Carlos carregava, o qual era um clérigo adaptado aos antigos modelos de ser Igreja,

<sup>8</sup> A Freguesia se refere à "Povoação, sob o aspecto eclesiástico." (FERREIRA, 2010, p. 362). Nesse sentido, seria o que hoje denomina-se Paróquia, no entanto era entrelaçada com a questão civil.

<sup>9</sup> Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello nasceu em Petrópolis, RJ em 01 de julho de 1902. Tendo cursado os estudos seminarísticos nos seminários da Ordem dos Frades Menores desde 1911, foi ordenado sacerdote em 1925 e nomeado administrador apostólico de Palmas em 01 de agosto de 1936. Chegou à prelazia em 13 de dezembro de 1936. Em 13 de dezembro de 1947 recebeu a nomeação como bispo titular de Girba, sendo ordenado bispo em 14 de março de 1948, no entanto continuou prelado da prelazia de Palmas e, posteriormente primeiro bispo diocesano. Dom Carlos foi um dos bispos participantes do Concílio Vaticano II (1962-1965). Conta-se que nos últimos anos de seu episcopado, Dom Carlos esteve muito doente, vindo ao falecimento em 06 de fevereiro de 1969 devido a um acidente vascular cerebral (AVC). (MENDES; RODRIGUES; FILHO, 2002).

inclusive, “A sua participação no Concílio Vaticano II foi emblemática nesse sentido, pois foi um dos bispos brasileiros com mais intervenções. Essas, em sua maioria, foram dotadas de tons bastante conservadores.” (SANTOS, 2019, p. 271).

É de forma particular analisar alguns envolvimento da figura episcopal em relação à sociedade. Se percebe esse fato, por exemplo, com a Revolta dos Posseiros<sup>10</sup>, em 1957, acontecimento marcante na história do sudoeste paranaense, no qual posseiros de terras entraram em conflito com os jagunços das companhias grileiras e de colonização. Segundo Jael dos Santos, algumas fontes orais e passagens de textos historiográficos pesquisados, apontam para Dom Carlos como uma figura em silêncio no processo.

A percepção que se tem é que a posição de Dom Carlos teria sido silenciosa devido à construção do Palácio Episcopal que demandou empréstimos do governo paranaense, ficando em débito com os governantes, os quais eram donos de

algumas companhias, como é o caso de Moisés Lupion<sup>11</sup>, um dos sócios da principal companhia Clevelândia Industrial e Territorial LTDA. Dom Carlos, segundo estes relatos, parecia ver com bons olhos as promessas das colonizadoras, pois prometiam obras como construção de estradas, aeroportos e indústrias. Nesse sentido, “A colaboração de vários padres com as empresas seria um sinal da concordância da Diocese em relação aos projetos da CITLA, principalmente. Do ponto de vista documental institucional, a Diocese manteve-se em absoluto silêncio durante e depois da Revolta dos Posseiros.” (SANTOS, 2019, p. 276)

Em certo contexto, esse relato é confluyente com o que diz Iria Zanoni Gomes, a respeito do papel das igrejas católicas e evangélicas na luta dos posseiros, papel que “Não existiu. No sudoeste, em 1957, aconteceu o contrário. Alguns padres defendiam as companhias de terra. Outros não se posicionaram.” (GOMES, 2007). No entanto, percebe-se

<sup>10</sup> Segundo Iria Zanoni Gomes (2007), “A revolta dos posseiros foi um movimento contra as companhias de terra que se instalaram na região no início da década de 1950. A maioria dos colonos que foram para a região do sudoeste do Paraná chegou durante os anos 1940. Em 1943, foi instalada a Cango – Colônia Agrícola Nacional General Osório, uma instituição criada pelo governo Getúlio Vargas dentro do Projeto de Marcha para o Oeste para ocupação das regiões de fronteira do Brasil”. Segundo Jael dos Santos, “Para além da criação da CANGO, da atração de pessoas e dos interesses particulares dos agentes do estado, também havia os imbróglios judiciais existentes lançavam fuziladas a Revolta dos Posseiros de 1957. Sinteticamente, o movimento foi um conflito armado, ocorrido entre 9 e 11 de outubro de 1957, que opôs um grande contingente de migrantes. Devido às formas predominantes de acesso às propriedades de terras, em geral desprovidas de titulações, esses sujeitos eram considerados juridicamente como posseiros. Foi para esses grupos que as companhias colonizadoras privadas tentaram vender títulos de propriedade, o que acabou sendo um negócio considerado legítimo pelas empresas que atuavam na região. Atraídos pela possibilidade de se obter faixas de terra a preços baixos, nomeadamente pela CANGO, o número de indivíduos que habitava o Sudoeste cresceu exponencialmente em menos de três décadas.” (SANTOS, 2018, p. 273-274). Estes posseiros, portanto, enfrentaram “[...] grileiros de Companhias Colonizadoras, as quais se instalaram com o objetivo de colonizar e demarcar as ‘terras devolutas’, que pertenciam aos posseiros e estavam colonizadas em pleno processo produtivo.” (BIZ; BONAMIGO; SANTOS NETO, 2014, p. 77)

<sup>11</sup> Segundo o verbete bibliográfico da Fundação Getúlio Vargas (FGV): “Moisés Lupion de Troya nasceu em Jaguariaíva (PR) no dia 25 de março de 1908, e foi eleito governador do Paraná em janeiro de 1947. “O início de sua administração foi marcado pelo agravamento da luta armada entre posseiros e grileiros, que disputavam a posse das terras do norte do estado. Nessa época, Lupion fundou a Clevelândia Industrial e Territorial (Citla), empresa voltada para a colonização e a exploração madeireira que se envolveu nos anos seguintes em graves conflitos sociais no campo paranaense. [...] Durante sua segunda administração estadual, agravaram-se os conflitos agrários no Paraná, pois os lavradores se recusavam a deixar as terras em que trabalhavam, organizando a resistência armada aos pistoleiros contratados por algumas empresas. Essa luta resultou em sucessivos levantamentos em municípios da região sudoeste do estado, como Francisco Beltrão, Pato Branco, Santo Antônio e Capanema. Na condição de proprietário da Citla, Lupion foi envolvido diretamente nesses conflitos, sendo acusado pela imprensa e por parlamentares opositores de utilizar a Força Pública do estado em auxílio à ação violenta das empresas imobiliárias. [...] Em 1961, Lupion foi substituído no governo estadual por Ney Braga, que expediu contra ele vários mandados de prisão, acusando-o de corrupção. O ex-governador exilou-se então na Argentina, retornando ao Brasil em 1962, ano em que foi eleito deputado federal pelo Paraná na legenda do PSD. [...] Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 29 de agosto de 1991.” (LEMONS, Renato. Moises Lupion de Troya. (verbetes). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/moises-lupion-de-troya>. Acesso em: 12 mai. 2021.)

que esse fato histórico ocorrido no Sudoeste não fora acompanhado diretamente pelo prelado e pela diocese, todavia, é importante o papel que os franciscanos, da Paróquia São Pedro Apóstolo, de Pato Branco, tiveram através da Rádio Colmeia, em favor dos posseiros. Foi em 1957 quando os franciscanos compraram a rádio dos irmãos Otávio e Paulo Rotilli, assumindo a única empresa do gênero na região, por isso Pato Branco foi ponto de partida do levante, através da figura de Ivo Thomazoni, que recebia as notícias e toda a região e repassava à população. Segundo Frei Policarpo:

[...] nós tínhamos comprado a rádio em julho, a Rádio Colmeia. Então o Ivo Tomazoni veio pedir aqui, eu estava sozinho, eles puseram lá no pavilhão, tinha na frente da Prefeitura um pavilhão de madeira, tinha um de missa para 1000 pessoas e um salão de festas. Eram dois andares. Daí então eles me puseram como presidente para ser um neutro, ao invés de ser um político. Por uma pessoa independente, então resolveram dar a presidência da reunião para o padre. Fui eu. Eu estava sozinho. [...] o Ivo Thomazoni comandava tudo e convidava os colonos aqui para virem com enxada, foice e tudo. Teve vários filmes sobre isso também. (SANTOS, 2018, p. 277).

É importante ir percebendo ao longo dos relatos que o fazer pastoral também consiste na luta por causas sociais, pela prática social, e muitas vezes indiretamente. Os franciscanos foram os primeiros religiosos a chegarem no território sudoestino, embora seu papel foi sendo suprimido nos últimos anos de episcopado de Dom Carlos, a sua mensagem perdura através da TV Sudoeste, e das rádios que atuam em Pato Branco, mostrando que

exercem uma grande ação evangelizadora e pastoral através dos meios de comunicação que abrangem o Sudoeste. Com a supressão, reduzindo-se ao território de Pato Branco, outras congregações foram se instalando no âmbito das demais regiões da diocese, como foi o caso dos padres “belgas”, da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração (MSC)<sup>12</sup>.

Esta congregação já estava no oeste catarinense, que também pertencia à Prelazia de Palmas, desde 1948. Com a ideia de que a prelazia pudesse se tornar diocese, Dom Carlos busca ter uma região bem assistida por presbíteros. Haja vista que os padres diocesanos não chegavam a dez, Dom Carlos parte em busca de padres europeus missionários, encontrando estes “belgas” que aceitaram fazer parte desse início. É interessante notar o relato do Pe. Afonso de Nijs, um dos primeiros missionários.

O Bispo precisou de padres, porque tinham poucos padres da Congregação dele, os franciscanos. Eram franciscanos alemães que já trabalharam por aqui. Eles pertenciam à comunidade de Pato Branco. Eles andavam a cavalo, porque não tinha estradas, era mato. Então essa região tinha que ser atendida, porque todo o pessoal já era muito católico e queriam escolas para os filhos e igreja para se reunir. Já tinham tradição religiosa. Então ele falou com os responsáveis da nossa Congregação: “Olha, se vocês querem, toda aquela região eu preciso e pode começar”. E nós começamos lá em Santo Antônio, Barracão, Capanema, Planalto. E lá trabalhamos, bom, desde aqueles anos de 53, 54. Eu cheguei em 69, mas os primeiros chegaram em 1948, mas eles atenderam mais Santa Catarina, no Norte. Depois, até Dois Vizinhos, pertencia à Paróquia de Barracão. (SANTOS, 2019, p. 280).

<sup>12</sup> É importante salientar que haviam outras congregações já inseridas no território da Diocese de Palmas na época, porém em grupos menores, como é o caso dos Padres Palotinos, Saletinos, Jesuítas, entre outros.

Segundo Abatti (2016), os padres “belgas” chegam ao Sudoeste e encontraram muito trabalho, porém possuíam um espírito de renovação e organização que seria responsável por transformar a fé em compromisso de defesa da vida, da terra, e dos colonos que recentemente tinham vivido a tempestuosa Revolta dos Posseiros de 1957.

Se percebe que a vinda dos padres “belgas”, principalmente com o Padre Joseph Caeckelbergh (Padre Jef), provoca certas mudanças eclesiológicas e uma nova dinâmica no território, trazendo o método Ver-Julgar-Agir, tendo um outro olhar para a realidade. Segundo consta, Padre Jef foi um dos principais artífices, e fundador da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, no ano de 1966. Assim, no período final do episcopado de Dom Carlos que viera falecer em 1969, os Missionários do Sagrado Coração tiveram êxito em seu trabalho, “Sob inspirações precedentes, principalmente do Padre Jef, tão logo conseguiram implantaram as metodologias da Ação Católica e o ver-julgar-agir.” (SOUZA, 2019, p. 282).

A ASSESOAR foi fundada “[...] por jovens agricultores, com o apoio de Padres Belgas, da Congregação do Sagrado Coração de Jesus [...] e Profissionais Liberais de Francisco Beltrão, Paraná, ligados à Juventude Agrária Católica (JAC). É uma Associação constituída e dirigida por Agricultoras e Agricultores Familiares.” (ASSESOAR, 2021). Nesse sentido, a contribuição da ASSESOAR para a diocese foi sumamente importante na questão de

formação de lideranças, principalmente com a JAC. Segundo Pe. Afonso de Nijs:

A ASSESOAR foi o seguinte. Um dos nossos padres, que veio também, o nome dele é Joseph Caeckelbergh (Padre Jef) [que assumiu a Paróquia de Santo Antônio do Sudoeste]. O pai da ASSESOAR é o Jef. Porque lá na Bélgica ele teve muito contato com o Cardeal Josef Cardijn. Ele era o fundador de todo tipo de Ação Católica, naquele tempo, que era muito forte na Europa. JAC, JEC, JOC, tudo isso. E ele era fundador disso, mas da JOC precisamente. O Jef era membro desse movimento da Ação Católica, formado naquela espiritualidade do ver-julgar-agir. Então ele veio aqui com essa formação e então ele viu e começou a trabalhar nesse sistema e atender muitas comunidades na parte religiosa. Mas ele viu que os agricultores eram bem organizados. Todos vinham e organizavam a sua propriedade. E ele viu que precisava organizar esse pessoal. Então ele deu início às sementes das cooperativas e dos sindicatos. Ele começou a lançar isso e pegar alguns como líderes sindicais nas paróquias. Daí veio a ideia: “temos que fazer uma coisa regional, não só para Santo Antônio, mas para toda a região do Sudoeste”. Então ele começou e chegou a ter um tempo 17 membros dentro da equipe. Eram padres, eram moças, jovens, um deles foi o coordenador nacional da JAC no Brasil – Célio Bonetti. (SANTOS, 2019, p. 282).

Adotando a linha da JAC e organizando as comunidades em pequenos grupos, propunham questões concretas do dia-a-dia iluminadas pelo Evangelho. Em 1962 deram início aos trabalhos na catequese familiar, com catequistas preparados pela ASSESOAR. Embora em 1968, a Ação Católica tenha sido suprimida e encerrada no Brasil, a ASSESOAR continuou os trabalhos da JAC, contudo através da Catequese de Adolescentes e os grupos de reflexão – futuras CEB's<sup>13</sup>. “A

<sup>13</sup> Comunidades Eclesiais de Base. Ver mais em: TEIXEIRA, Faustino. **A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Paulinas, 1988.

metodologia consistia em formar grupos de 5 a 10 casais e de 15 a 30 jovens e, em uma reunião a cada duas semanas, ou uma vez por mês, permitir que todos debatesses “a missão do cristão” na família, na comunidade e nas organizações de classe.” (SANTOS, 2019, p. 283).

A ASSESOAR, no final dos anos 1960, percebia um Sudoeste como uma região subdesenvolvida, de comportamento religioso pouco claro, pouco oficializado e pouco esclarecido, e isso, segundo essa percepção se deveu às poucas condições econômicas, o que não permitia ao povo usar de técnicas de êxito na colheita e nem na criação, “Isto parece explicar a predominância do recurso à religião, através de devoções a determinados santos, motivadas pelas necessidades econômicas. A situação precária em todos os sentidos parece nortear o comportamento religioso da grande maioria.” (SANTOS, 2019, p. 287).

Assim havia a necessidade de pensar uma pastoral que pudesse centrar-se sobre o sentido do homem, a vocação própria no plano humano e divino, numa perspectiva de dominar a natureza enquanto se relaciona com outros, por isso a escolha da metodologia da JAC. Isto

significa que, “Nesse momento, a Igreja fez um trabalho de conscientização através da liturgia. Esse papel a Igreja teve e tem até hoje, conscientizando o homem do campo, com o trabalho de agroecologia e fazendo um trabalho muito bonito de recuperar a memória camponesa da região.” (GOMES, 2007).

A ASSESOAR objetivava organizar, fundamentar e efetivar o colono em suas pequenas propriedades, incentivando prática da agricultura através de organizações e ou associações. Pressupunha também, uma “[...] catequese mais próxima do povo e não mais nas Paróquias, grupos de jovens que se reuniam para refletirem sobre a prática de produtividade familiar, visto que é neste período que ocorreu a chamada “Revolução verde”.” (ABATTI, 2016, p. 11).

Em 1970, com uma marca pós conciliar, de *aggiornamento*<sup>14</sup>, de desapego do poder e serviço à Igreja, chega à Diocese de Palmas, o novo bispo diocesano, Dom Agostinho José Sartori, OFCap<sup>15</sup>. Este ao lançar o primeiro Plano Diocesano de Pastoral buscava unir e integrar a diocese, pondo em prática as ideias da Igreja do Concílio Vaticano II (1962-1965), principalmente compreendendo a Igreja

<sup>13</sup> “**Aggiornamento** é um termo italiano, que significa “atualização”, renovação. Esta palavra foi a orientação chave dada como objetivo para o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII. “O *aggiornamento* para adequar a Igreja aos tempos atuais não deveria significar a mera adaptação a relações mutáveis, mas sim abertura ao mundo moderno. O *aggiornamento* da Igreja, que era o objetivo do Concílio, não se verificou através da ruptura com a tradição, nem com a adaptação a um ambiente transformado; deu-se sobretudo de um *aggiornamento* que entrelaçou as tradições mais antigas, em parte esquecidas, com o tempo presente.” (ERPEN, 2018).

<sup>14</sup> Dom Agostinho José Sartori nasceu em Capinzal, SC, em 29 de maio de 1929, cursou os estudos seminarísticos nos conventos dos franciscanos capuchinhos da Província Imaculada Conceição. Foi ordenado presbítero em 15 de agosto de 1952. Exerceu as funções de “Assistente e professor no seminário menor de Riozinho – PR, de 1953 a 1955; - Professor no Instituto Filosófico e Teológico, Mercês – Curitiba, de 1955 a 1958; - Cursou Direito Canônico na Universidade Gregoriana de Roma, entre nove de outubro de 1958 a 28 de fevereiro de 1961; - Diretor dos estudantes Capuchinhos de Teologia, Mercês – Curitiba, de 1961 a 1965; - Presidente da Conferência dos religiosos Sul II – Pr, de 1964 a 1967; - Ministro Provincial dos Padres Capuchinos do Paraná e Santa Catarina, de 1967 a 1970.” (SARTORI, Dom Agostinho José. **Voz escrita de Dom Agostinho**. Palmas: Editora Gráfica Berzon, 2008). No dia 16 de fevereiro de 1970 foi nomeado Bispo Diocesano de Palmas-Francisco Beltrão, sendo ordenado episcopo em 26 de abril de 1970, em Curitiba, e assume a Diocese de Palmas em 14 de junho de 1970. Dom Agostinho permaneceu à frente da Diocese de Palmas até o ano de 2005, quando se tornou bispo emérito. Dom Agostinho, viveu até os últimos dias de sua vida no Palácio Episcopal em Palmas, bastante debilitado de saúde, vindo a falecer em 06 de julho de 2012. A figura deste Bispo ficou muito marcada na mente de toda a população diocesana, com a figura de “Bispo pai”, um grande Pastor, que a Diocese de Palmas e- Francisco Beltrão não cessa de render-lhe gratidão e estima.

como Sacramento de Unidade e Comunhão.

Este plano contemplava três linhas principais de atuação, as quais possuíam muita proximidade com a ASSESOAR, a saber: Catequese, Liturgia e Leigos. Sendo assim, o método escolhido para esses meios fora o “[...] antropológico e histórico, que procura salvar o homem todo e todos os homens, situando-o na sua realidade humana-cristã, pois leva mais facilmente à ação e dá maior visão comunitária, ressaltando a memorização como método pedagógico.” (SANTOS, 2019, p. 308). Estes meios se fundamentavam em dar à liturgia uma maior ênfase na Celebração Eucarística e culto dominical sem padre; aos leigos, valorizar os grupos de base, de casais, jovens, catequistas e de promoção humana – aos leigos também houve a abertura para o Ministro Extraordinário da Eucaristia para celebrações dominicais sem padre.

Dom Agostinho mostrava-se como um bispo pra frente, “Segundo as fontes, sempre lhe agradou a perspectiva da Ação Católica de pensar em conjunto “fé e vida”. Abrir os ritos para que os leigos pudessem não apenas participar passivamente é uma clara expressão da primazia das reformas do Vaticano II sobre a tradição tridentina.” (SANTOS, 2019, p. 310). De forma precisa, essa compreensão de Igreja que Dom Agostinho trazia se tornava útil para as pastorais diocesanas, que já vinham de um processo de avanço com os padres “belgas”.

No entanto, haviam alguns problemas para organizar a pastoral diocesana, pois havia poucas paróquias

com telefones, correio não havia, sem contar com as distâncias de uma ponta a outra da diocese, o equivalente a cerca de 240 quilômetros. Sem contar que o Sudoeste sempre foi uma parte esquecida pelos governadores estaduais e federais, inclusive houve um avanço da violência ocasionada principalmente pelos conflitos agrários.

Percebia-se que na região sudoestina haviam algumas pendências históricas, se referindo, em especial, para a distribuição de terras remanescentes de distribuição da Revolta de 1957. A Pastoral neste meio aconteceu mediante a integração entre os serviços missionários e a ASSESOAR, a qual priorizava por intermediar esses conflitos e de aparar algumas arestas existentes. Assim, o método pastoral da entidade, segundo Frei Atilio Galvan, era uma linha “Não necessariamente política, mas também não tem gesto que não seja político. Até o silêncio é político. Mas eles fizeram um trabalho bastante bom. Segundo ele, quando estive em Palmas, houve a percepção da sua parte de que Dom Agostinho também gostava da perspectiva.” (SANTOS, 2019, p. 315).

Nesse sentido, as pastorais no Paraná, na década de 1970, vivem uma efervescência das pastorais sociais. O pensamento da Igreja do Paraná, na sua 29ª Reunião Ordinária dos Bispos do Regional Sul II, mostrava que o Padre deveria agir através de grupos cristãos, que concerniam em grupos de reflexão, Comunidades de Base inseridas na estrutura paroquial, como meio de uma evangelização pelo testemunho,

semelhante ao que acontecia com os primeiros cristãos. Ademais, os bispos afirmavam a necessidade de equilibrar a atividade pastoral na múltipla atividade atual, pautando o exercício da oração como essencial no trabalho apostólico: “[...] não separa a ação da oração. A própria atividade pastoral deve ser uma oração.” (SANTOS, 2019, p. 318). Essas ideias foram trazidas também para a Diocese de Palmas, devido a afinidade do Bispo com os métodos histórico-antropológicos para o trabalho pastoral, o que culminou na criação de várias pastorais através de Dom Agostinho.

A ASSESOAR contribuía para essa perspectiva de pastoral, pois essa atualização que o Concílio Vaticano II propunha estava dentro dos métodos da entidade.

[...] a entidade, no Paraná, era uma das mais organizações que mais se mostrava detentora dos predicados demandados pelo Vaticano II para a renovação pastoral – vide a posição de vanguarda que a Diocese de Palmas assumiu no caso da Pastoral Rural. Era muito organizada, dinâmica e contava com propostas e métodos claros a respeito do que os agentes deveriam fazer. Esse grau de coesão se deu muito em função da reprodução dos encaminhamentos da Juventude Agrária Católica, do método ver-julgar-agir e da concepção de que haveria uma união entre “fé e vida”. (SANTOS, 2018, p. 321).

No entanto, sob o episcopado de Dom Agostinho começa a haver alguns “combates” de ideias e pensamentos em relação a ASSESOAR. A entidade agora deveria prestar maiores esclarecimentos, sobre suas ideias, seus métodos, seu modo de ser Igreja. Assim, Dom Agostinho, em 1972, começa a retirar algumas funções

formativas que a ASSESOAR tinha como primazia, tal é o caso da catequese: “[...] no início de 1972, apoiado no Código de Direito Canônico de 1917, Dom Agostinho afirmou que caberia a ele definir como o trabalho de catequese procederia, ao contrário do que estava sendo feito.” (SANTOS, 2018, p. 321). Deste modo, se começa uma maior vigilância sobre os aspectos da ASSESOAR, como a nomeação de agentes para a fiscalização das publicações e das atividades catequéticas, repassando essas funções para a Coordenação Diocesana de Pastoral. Segundo Jael dos Santos (2019), uma das principais razões para esses fatos se sucederem por Dom Agostinho marcar a posição da nova autoridade.

Ao passo que essas questões desgastavam as relações entre Dom Agostinho e a ASSESOAR, percebe-se, então, um Dom Agostinho mais propositivo e menos reativo. Havia mais aproximações entre os lados do que divergências.

Dom Agostinho, conforme a documentação sugere, tinha apressado pelo ideal de Igreja que a ASSESOAR tentava construir, o qual calcado na união entre “fé e vida”, concepção consagrada no Vaticano II. Ao mesmo tempo, aprazia ao Bispo a conversa com os agricultores sobre o seu cotidiano e em que medida os ensinamentos religiosos poderiam os fazer entender de modo mais amplo a realidade concreta. A ASSESOAR, ainda que um tanto rebelde, oferecia possibilidades valiosas para os trabalhos pastorais. (SANTOS, 2021, p. 226).

No entanto, ainda que houvesse essa aproximação, a ASSESOAR no ano de 1979, a partir de sua direção, deixa de agir na pastoral diocesana, principalmente pelo fato de estar voltando-se para outras atividades que a foram afastando do ideário



eclesial. Em síntese, “a partir do protagonismo sindical na região, com vitórias sucessivas para as direções das entidades, a perspectiva da atuação político partidária passou a ser considerada como mais atraente.” (SANTOS, 2018, p. 331). Segundo Pe. Celestino Munaro que foi Coordenador de Pastoral da diocese nesta época, Dom Agostinho gostava da ASSESOAR, devido à visão fé e vida, à abertura ao Concílio Vaticano II, integrando o social com o religioso. Menciona Pe. Celestino:

Dom Agostinho gostava muito disso, estava de acordo e aspirava muito isso, só que as coisas foram se acentuando. Então Dom Agostinho queria que colocassem uma cláusula dentro para ele dar a sua opinião, ver a ortodoxia. O bispo sempre está preocupado mesmo com a verdade, para não descambar, né. Era também uma proteção, pois sei lá onde eles iriam chegar. O bispo é isso, a Igreja é um pouco isso, a hierarquia e o controle da ortodoxia. Mas eu escutei mesmo de Dom Agostinho lamentando essa situação de eles não terem aberto a instituição, porque ele queria caminhar junto, com essa ideia de... se Dom Agostinho tivesse a oportunidade de opinar sobre a catequese na associação, sobre essas questões, a coisa eu acho que teria ido longe. Dom Agostinho lamentou muito, porque ele não tinha mais condições de manter e então ele retirou a catequese deles. Eles não podiam mais dar e iam ficar só com a assistência rural e o trabalho com a agricultura familiar e o pequeno agricultor. (SANTOS, 2019, p. 332).

Com o afastamento da ASSESOAR, possibilitou a Dom Agostinho e à diocese um acompanhamento maior de outras pastorais. Durante os anos 1970 houve a criação da Pastoral Indígena que se consolidou por longos anos na Diocese de Palmas, com a implementação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)<sup>16</sup>, em 1972<sup>17</sup>.

Também nos anos 1970, ao final do ano de 1972 houve a necessidade de organizar uma Pastoral Rural, a nível estadual e diocesano. A ASSESOAR havia sido de grande relevância para a criação dessa pastoral, principalmente o trabalho realizado com a JAC, na formação do humano integral do campo. Por isso, a Diocese de Palmas foi centro inicial dessa pastoral e posteriormente na criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT<sup>18</sup>, no Paraná. Estimava-se que no Paraná, entre os anos de 1970-1980, ao menos um milhão de pessoas haviam deixado o ambiente rural, o que levou ao analfabetismo, o desemprego, os déficits ocupacional, médico e habitacional. Com esses dados havia a clara necessidade de criar uma Pastoral Rural e uma Comissão da Pastoral da Terra, inclusive pelo histórico diocesano, em específico a partir da Revolta dos Posseiros de 1957.

<sup>16</sup> Ver mais em Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/> Acesso em: 10 mai. 2021.

<sup>17</sup> Menciona-se que na criação do CIMI-Sul em 1974, a repressão por parte da Ditadura Militar fora grande em torno da Igreja. No primeiro encontro do CIMI-Sul “[...] foi possível perceber o quão a questão era espinhosa. Ao final, agentes da Polícia Federal invadiram o Seminário no qual estava ocorrendo o evento e inquiriram sobre possíveis materiais e presença de indivíduos. O momento foi tenso e dotado de grande violência. Graças à ação de alguns, incluindo Dom Agostinho, a situação foi contornada. Segundo Egydio Schwade, “cercados pela Polícia Federal, Dom Tomás com altivez, junto com Dom Agostinho, enfrentaram os policiais na portaria, discutindo e retendo-os enquanto nos fundos queimávamos relatórios e vestígios do Encontro de Pastoral Indígena, no qual foi fundado o Cimi-Sul em 1974. (SANTOS, 2019, p. 342). Com a criação do CIMI-Sul a Diocese de Chapecó foi o epicentro, porém três dioceses eram mais próximas a essa atuação indígena: Chapecó, SC; Palmas, PR; Frederico Westphalen, RS. “No entanto, cabe apontar, a formalização da CPT no Estado se deu mediante às iniciativas do então Pastor Luterano (IECLB) de Entre Rios do Oeste, Gernote Kirinus, sendo decisivo no processo o contato dele com as propostas de articulação da ASSESOAR para as disputas sindicais.” (SANTOS, 2019, p. 351).

<sup>18</sup> “No entanto, cabe apontar, a formalização da CPT no Estado se deu mediante às iniciativas do então Pastor Luterano (IECLB) de Entre Rios do Oeste, Gernote Kirinus, sendo decisivo no processo o contato dele com as propostas de articulação da ASSESOAR para as disputas sindicais.” (SANTOS, 2019, p. 351).

Com o passar dos primeiros meses, as ações da CPT-PR foram sendo estruturadas e Dom Agostinho acabou assumindo um protagonismo que claramente não esperava lidar. Em função de estar nominalmente encampando a Pastoral Rural, a sua figura passa a aparecer cada vez mais em publicações, quase sempre sendo designado como um expoente da “Igreja Progressista” do Paraná. O acontecimento que mais proporcionou essa projeção foi o depoimento que ele acabou por prestar no Congresso Nacional, por ocasião da CPI do Sistema Fundiário, em setembro de 1978. Entremeio ao desgaste do Regime Militar, o procedimento foi uma tentativa da bancada do MDB pressionar o governo publicamente. Um agente político que articulou a Comissão foi o Deputado Federal pelo Paraná Euclides Scalco, que era egresso da ASSESOAR. (SANTOS, 2021, p. 233)

Dom Agostinho, no entanto, deixa a presidência da CPT ainda em 1978, principalmente devido ao problema agrário ter se deslocado ao Oeste do Paraná com a criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a uma série de pressões e ameaças de morte. Todavia, Dom Agostinho não deixou de ser alguém que se fez compromisso pela luta com o povo e pelo povo. Assim, se mostra a integração fé-vida, ou a fé-prática, confrontando a teologia com a vida.

Na Diocese de Palmas, portanto, esses acontecimentos ocorreram devido aos diversos movimentos supracitados, mas se evidenciaram com maior força através da ação dos Padres “belgas”, da ASSESOAR e depois com a figura de Dom Agostinho, que não mediu esforços para a construção do Sudoeste paranaense, que se encontrava esquecido pelo resto do país, em específico pelos governantes estaduais e federais.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a fé-prática como fonte de conhecimento teológico, bem como perceber o confronto da fé e da vida como momento teológico, há um novo olhar para a realidade e para o chão que se pisa diante das interpelações do Evangelho, ou seja, olhando a realidade à luz da fé. Com isso, o meio de análise primordial no método Ver-Julgar-Agir, proposto pelo então Pe. Joseph Cardjin, é um novo modo de olhar para a realidade. Por isso se vê a realidade que cerca, se confronta a fé e a vida e se percebe um novo modo de agir interpelado pela fé.

Foi neste método que se constituiu boa parte da pastoral na Diocese de Palmas, que posteriormente viria a se tornar Diocese de Palmas-Francisco Beltrão. A vinda dos Padres “belgas” provoca um novo modo de ser Igreja, principalmente com as propostas do Concílio Vaticano II. Assim, há de se perceber um novo olhar pastoral e para a realidade no território desta diocese, com seu povo tão ferido e machucado pelas lutas pela terra e pela violência, como marco tendo a Revolta dos Posseiros de 1957. Deste modo, as dificuldades pastorais seriam imensas, mas na espiritualidade, na ação e na integração fé e vida, principalmente advindas da Ação Católica, puderam, estes padres, e bispos evangelizar estas terras.

No entanto, há de se perceber um modo diferente de pensar e ser Igreja no mundo dos bispos que mencionamos. Ainda que fossem próximos temporalmente, Dom Carlos e Dom Agostinho, possuíam diferenças ao olhar a realidade e o mundo.

Em rasa reflexão pode-se dizer que o primeiro se envolve em um aspecto mais doutrinal, permeado por um não envolvimento em questões sociais, da realidade. Por outro lado, o segundo possuía uma visão de evangelização e pastoral na realidade, inserido na comunidade, evangelizando integrando fé e vida, como percebe-se em vários dos relatos supramencionados, entre outros relatos aqui não mencionados. Isso se deveu a uma evangelização pós-conciliar, que promoveu significativos avanços eclesiológicos e reformas históricas nas estruturas eclesiais. Essa face se mostra em Dom Agostinho na pessoa que busca avanços econômicos, sociais, estruturais para o Sudoeste paranaense, inclusive lutando pela questão da terra no Paraná, junto aos indígenas e aos pequenos agricultores, em um período de efervescência do êxodo rural.

Assim, o método pastoral integrado da fé-prática, fé-vida abrangeu grande parte da evangelização na Diocese de Palmas, ainda que com algumas trepidações e embates à época, como foi a questão da ASSESOAR. Não sem dificuldades, esta entidade trouxe significativos avanços para as pastorais na diocese, no regional e no Brasil, além de significativos avanços para o sudoeste do Paraná, na criação de cooperativas, de auxílio à agricultura familiar, fazendo disso compromisso pelos pobres, com os pobres, e muitas vezes como os pobres, a partir da JAC.

## REFERÊNCIAS

- ABATTI, Alexandre. ASSESOAR: uma análise sócia histórica da identidade dos colonos do Sudoeste do Paraná na década de 1960. In: **XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - SC HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS**, 2016, Chapecó, Sc. **Anais Eletrônicos**. Chapecó, UFFS, 2016. v. 1, p. 1-13. Disponível em: [http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1464622683\\_ARQUIVO\\_ANPUHSC.pdf](http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1464622683_ARQUIVO_ANPUHSC.pdf). Acesso em: 10 maio 2021.
- ASSESOAR. **Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR**. Disponível em: <https://assesoar.org.br/associacao-de-estudos-orientacao-e-assistencia-rural-assesoar/>. Acesso em: 08 maio 2021.
- BOFF, Clodovis M. **Teoria do Método Teológico**. 6ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BONAMIGO, Carlos Antônio; BIZ, Robson; SANTOS NETO, Manoel dos. A Teologia da Libertação e a Luta pela Terra no Sudoeste do Paraná: 1960-1980. In: BONAMIGO, Carlos Antônio... et al (org.). **História: abor-dagens culturais e poder**. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2014. Cap. 5. p. 69-84.
- BRIGHENTI, Agenor. Método Ver Julgar e Agir. In: PASSOS, João Décio (org.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2015.
- BRIGHENTI, Agenor. A epistemologia e o método da teologia da libertação no pensamento de Clodovis Boff. **Teologia da Libertação 40 anos: balanço e perspectivas**. Horizonte, Belo Horizonte, v.11, n.32, p. 1403-1435, out./dez. 2013.
- ERPEN, Jackson. **"Aggiornamento", o contexto da atualização conciliar**. 2018. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-08/concilio-vaticano-ii-aggiornamento-sacrosanctum-concilium.html>. Acesso em: 09 maio 2021.
- CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudim de proteção a vida, 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8ªed. Curitiba: Positivo, 2010.
- GOMES, Iria Zanoni. **A revolta dos posseiros. 50 anos depois. Entrevista especial com Iria Zanoni Gomes**. 2007. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/8992-a-revolta-dos-posseiros-50-anos-depois-entrevista-especial-com-iria-zanoni-gomes>. Acesso em: 08 maio 2021.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- LAZIER, Hermógenes. **Estrutura Agrária no Sudoeste do Paraná**. UFPR: Curitiba, 1983. Dissertação (Mestrado). Disponível em: [https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica\\_Agraria/7LAZIERHEstruturaAgrariaSudoestePR.pdf](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7LAZIERHEstruturaAgrariaSudoestePR.pdf). Acesso em: 10 abr. 2021.
- LOPES, Antônio de L. L.; PERTILE, Cassiano A. O método ver-julgar-agir: genealogia e sua relação com a teo-logia da libertação. **Revista Razão & Fé**. UCPEL, Pelotas, v.22, n.2, p. 33-43, 2020.
- LOPES, Geraldo. **Gaudium et Spes: texto e comentário**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- MENDES, Adilson Miranda; RODRIGUES, Eloyna Ribas; FILHO, João Paulo Rocha (Orgs.). **Dom Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de Mello: biografia documental**. CPEA: Palmas, 2002.
- PASCOM DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO. Documentário 60 anos da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão (2018). Disponível em: <https://youtu.be/o3Z45btNECU>. Acesso em: 10 abr. 2021

RIPPEL, Leomar. **A Mobilização política do discurso do “herói” pioneiro da luta social de 1957 no Sudoeste do Paraná.** UPF: Passo Fundo, 2012. Dissertação (Mestrado).

SANTOS, Jael dos. **De José Benito a Dom Agostinho: um religioso entre conflitos, negociações e tensões sociais no paraná. um religioso entre conflitos, negociações e tensões sociais no Paraná.** 2019. 464 f. Tese (Doutorado) - Curso de Graduação em História, Área de Concentração História, Poder e Práticas Sociais, na Linha de Pesquisa Cultura e Identidades, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste: Marechal Cândido Rondon, 2019. Disponível em: [http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4752/5/Jael\\_Santos\\_2019.pdf](http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4752/5/Jael_Santos_2019.pdf). Acesso em: 10 maio 2021.

\_\_\_\_\_. A Igreja Católica, regime civil-militar e conflitos sociais: Dom Agostinho José Sartori e a criação da CPT no Paraná. In ROCHA, Humberto José da; TEDESCO, José Carlos; MYSKIW, Antônio Marcos (org.). **História dos movimentos sociais de luta pela terra no sul do Brasil (1940-1980).** Passo Fundo: Acervus Editora, 2021. 648 p. pp. 215-237.

SOUZA, Pe. Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica** - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006. p. 39-59.